

METÁSTASE DA CRISE E APROFUNDAMENTO DA REVERSÃO NEOCOLONIAL

Plínio de Arruda Sampaio Jr*

A crise econômica mundial que se iniciou em meados de 2007, com o colapso da especulação imobiliária nos Estados Unidos, completa seu quarto aniversário, sem que qualquer vestígio de que estejam sendo superadas as contradições que a provocaram. A persistência de um gigantesco excedente absoluto de capital que não tem possibilidade de realimentar o circuito de valorização do capital pelo aumento da exploração do trabalho mantém em estado latente, como ameaça devastadora, a tendência à desvalorização violenta da riqueza que paira com um espectro sobre o sistema capitalista mundial. Nesse contexto, a surpreendente capacidade demonstrada pela economia brasileira de crescer em plena tormenta reascendeu em muitos o espírito ufanista, muito em voga na época da ditadura militar, de que “o Brasil seria maior do que a crise”.

No entanto, hoje ainda mais do que ontem, não existe a possibilidade de desenvolvimento capitalista em um só país e menos ainda em uma economia que faz parte do elo fraco do sistema. O mercado mundial entrelaça todos os rincões do planeta. Na etapa superior do imperialismo a autonomia relativa do espaço econômico nacional é praticamente nula. A influência determinante do sistema capitalista mundial sobre a economia brasileira manifesta-se tanto nos momentos expansivos do capitalismo como nas conjunturas de contração e crise aberta, quando a queima de capitais obsoletos e a reorganização da economia mundial abrem novas frentes de expansão do capital e estabelecem novas condições para a exploração do trabalho e para a concorrência intercapitalista.

Surfando na crise

A compreensão dos efeitos de curto e longo prazo da crise sobre o Brasil

* Plínio de Arruda Sampaio Jr., professor do Instituto de Economia da UNICAMP.

passa, portanto, pelo entendimento do modo pelo qual o movimento da crise mundial influencia o desempenho da economia brasileira e condiciona o sentido das transformações estruturais que definem a nova posição do Brasil na divisão internacional do trabalho. Em seus desdobramentos iniciais, diferenciam-se três momentos.

Os primeiros passos da crise, entre meados de 2007 e outubro de 2008, determinados pelo estouro da bolha especulativa do mercado imobiliário norte-americano e pela radical reversão das expectativas de investimento nas economias desenvolvidas, desencadearam uma tendência recessiva nas economias centrais e, paradoxalmente, um estímulo à aceleração do crescimento nas economias emergentes. A oportunidade de crescer no bojo da crise só foi possível graças à abundância de liquidez no mercado financeiro internacional, ao grande afluxo de investimentos diretos e ao *boom* nos preços das *commodities* – fenômenos determinados pelo movimento especulativo de fuga para frente das grandes massas de capitais excedentes que abandonavam os países centrais em busca de negócios em outras praças. Impulsionado pelo expressivo aumento das exportações, sobretudo de produtos primários e minerais, o Brasil surfou na onda especulativa.

Entre outubro de 2008 e março de 2009, a economia mundial viveu à beira do abismo. A violenta crise de crédito provocada pela falência em cadeia de conglomerados financeiros que pareciam inabaláveis transformou as dificuldades até então localizadas à órbita financeira de alguns países em uma crise geral em escala global. O movimento da crise entrava em um segundo momento. A drástica contração dos investimentos, o mergulho vertical do comércio internacional, o colapso nas cotações dos ativos financeiros e nos preços das *commodities*, a escalada do desemprego, a ameaça de desmoronamento do sistema financeiro internacional jogaram o mundo num mergulho recessivo sincronizado sem paralelo desde a crise de 1929. Desta feita, ninguém passou incólume.

O Brasil sentiu os efeitos da nova conjuntura internacional de maneira particularmente intensa. Os investimentos foram suspensos. O acesso ao mercado internacional de crédito interrompido. A entrada de capital estrangeiro paralisada. Da noite para o dia, o país ficou sob a ameaça de um processo descontrolado de fuga de capitais. Os efeitos recessivos sobre o desempenho da economia foram imediatos e particularmente vigorosos, sobretudo na indústria.

Contudo, apesar da virulência das forças desagregadoras que se abatiam

sobre a economia do país, não se concretizou a expectativa de que o Brasil voltaria a viver o suplício da estagnação e dos programas de ajustes sem fim. A partir do segundo trimestre de 2009, a economia começou a se recuperar. O retorno dos capitais internacionais, a elevação dos preços das *commodities* e dos ativos financeiros, a retomada do comércio internacional, especialmente as exportações para o mercado chinês, afastaram o espectro da crise cambial e recompuseram paulatinamente as condições externas para o Brasil voltasse a crescer, não obstante as economias desenvolvidas, imersas em grandes incertezas, permanecessem prostradas.

Antes de significar um “descolamento” da crise internacional, a surpreendente recuperação do crescimento reflete, na verdade, a forma específica de articulação da economia brasileira com o movimento de metástase da crise – o terceiro estágio da crise -, desencadeado pela política de socialização permanente dos prejuízos posta em prática pelos governos das potências capitalistas, sob a liderança dos Estados Unidos.

Atuando sobre os efeitos e não sobre as causas dos problemas que travam o processo de acumulação, a política de administração da crise não encaminha nenhuma solução duradoura para as contradições que a determinam. Ao não desvalorizar os estoques de ativos tóxicos que comprometem a carteira das instituições financeiras, os desequilíbrios patrimoniais que fragilizam o sistema financeiro continuam impedindo a normalização das operações de crédito. Ao não abrir novos horizontes para a acumulação de capital, as expectativas dos empresários permanecem deprimidas, comprometendo a possibilidade de uma retomada sustentada dos investimentos. Por fim, ao protelar a tomada de providências para regular o movimento de capitais e coordenar as políticas econômicas dos Estados nacionais, agravam-se as contradições estruturais que impulsionam as rivalidades nacionais, reforçando a tendência à fragmentação das relações internacionais.

O estado de incerteza radical gerado pela ausência de uma clara definição sobre as novas frentes de expansão do capitalismo obriga a massa de capital excedente, que foi impedida de se desvalorizar pela providencial intervenção do Estado, a sair como um zumbi pelo mundo afora à cata de negócios circunstanciais, levando ao paroxismo a lógica predatória e ultra-especulativa que preside o movimento do capital em tempos de crise.

Nesse contexto, a relativa recuperação do comércio internacional e a retomada do frenesi especulativo nos mercados de ativos, fenômenos que começam a ganhar força a partir do segundo trimestre de 2009, antes de significar um sintoma de normalização dos negócios, representam, na verdade, um aprofundamento e uma generalização das contradições responsáveis pela situação crítica da economia mundial. A escalada dos preços dos ativos financeiros acentua o descompasso entre a acumulação fictícia e a produtiva. A maciça transferência de recursos públicos para socorrer as empresas privadas leva à expansão exponencial da dívida pública, transformando o desequilíbrio patrimonial dos grandes conglomerados capitalistas em desequilíbrio patrimonial do setor público. O impacto desigual da crise sobre o sistema capitalista mundial agrava as assimetrias comerciais e financeiras entre as economias nacionais, desencadeando uma guerra, mais ou menos velada, de desvalorizações competitivas. Generaliza-se, assim, o risco de crises cambiais decorrentes do aumento descontrolado da dívida externa e de movimentos especulativos de capitais.

Em sua primeira manifestação, a metástase da crise avançou de maneira aparentemente paradoxal, combinando num mesmo movimento: estagnação sem perspectiva de recuperação, nas economias capitalistas mais desenvolvidas - Estados Unidos, Alemanha e Japão; severas crises fiscais e cambiais nas economias que fazem parte da periferia da zona do euro - Portugal, Itália, Irlanda Espanha e, em especial, Grécia; e crescimento relativamente vigoroso nos países emergentes - China, Índia, Rússia e Brasil - regiões que se beneficiam da recuperação do comércio internacional, da elevação dos preços das *commodities* e do grande afluxo de capitais internacionais. Contudo, em tempos de crise, qualquer sobressalto pode recolocar o Brasil no olho do furacão.

A solução americana

Contrariando os prognósticos apologéticos, que asseguravam que a economia mundial se encontrava em lenta, mas franca recuperação a partir do segundo semestre de 2011, generalizaram-se os sintomas de recrudescimento da crise.

A exaustão dos efeitos anticíclicos dos programas de gastos públicos

realizados em 2009 e 2010 faz voltar à tona a gravidade dos problemas de superprodução que paralisam a economia mundial. Puxada pela contração dos mercados norte-americanos, europeu e japonês, a inflexão do crescimento atinge todas as regiões do globo. O elevado grau de endividamento das famílias e a depressão da massa salarial comprometem a capacidade de consumo das famílias. A ausência de horizonte sobre as novas frentes de expansão do capitalismo não permite a retomada dos investimentos privados. O arrefecimento do crescimento da economia chinesa dissipa a ilusão de que um vagão, por maior que seja, possa puxar a locomotiva. Nesse contexto, as pressões para que os Estados Unidos e a União Européia adotem rígidas políticas de ajuste fiscal reforçam o risco de uma espiral recessiva.

A explicitação de que grandes conglomerados financeiros norte-americanos e europeus continuam com graves desequilíbrios patrimoniais faz reaparecer a ameaça de uma crise sistêmica que coloca em xeque a integridade da arquitetura financeira internacional. O problema de fundo reside na impotência das autoridades monetárias para sanear os “ativos tóxicos” dos grandes bancos. Na União Européia, a questão se confunde, em grande medida, com a crise de endividamento externo que contrapõe os bancos credores – de capital alemão e francês – aos governos das economias devedoras da zona do Euro, como a Grécia, Portugal, Irlanda e, mais recentemente, Itália. A partir do último trimestre de 2011, a drástica diminuição do crédito interbancário recoloca a economia mundial diante a iminência de uma crise de crédito global. O início de uma nova rodada de desvalorização de capital fictício põe a nu a persistência de uma forte discrepância entre o valor nominal dos papéis que representam títulos de propriedade e as possibilidades reais de valorização do capital.

A crise da União Européia coloca em evidência as fortes contradições que ameaçam a coesão da ordem econômica internacional. A impossibilidade de conciliar os interesses da Alemanha e da França, em defesa de seus conglomerados financeiros e da estabilidade do Euro, com as necessidades dos países da Europa enredados na armadilha da dívida externa é apenas a ponta do *iceberg* dos terríveis conflitos políticos e rivalidades nacionais que fermentam na economia mundial. Obrigadas a arcar com o fardo de uma dívida externa impagável e sem possibilidade de desvalorizar a moeda para defender a economia nacional, os países que compõem o elo fraco da União Européia estão sendo submetidos a

draconianas políticas fiscais e de renda que implicam verdadeira traumatização da vida econômica e social. Nesse contexto, o retorno da aversão ao risco no mercado financeiro internacional pode desencadear um processo de fuga de capitais para o dólar, colocando novas regiões do globo sob ameaça de estrangulamento cambial.

Os problemas da economia mundial revelam os impasses da estratégia de administração da crise e as contradições que precisam ser resolvidas para a recomposição da relação de unidade entre a produção, distribuição e circulação de capital em escala global. Enganaram-se os que imaginaram que a crise abriria brechas para reformas keynesianas. A decisão de lidar com a crise pela linha de menor resistência, subordinando a política econômica aos interesses do grande capital e as relações internacionais aos desígnios dos Estados Unidos, reforça os aspectos mais perversos da ordem global. Diga-se de passagem, o fato não deveria causar surpresa. Estranho seria que, no momento de maior dificuldade, os grandes conglomerados não mobilizassem seu poderio econômico e político para avançar sobre seus concorrentes e os Estados Unidos não aproveitassem a sua absoluta supremacia na ordem econômica internacional para defender com unhas e dentes os interesses estratégicos de sua burguesia.

Ao dobrar as apostas no liberalismo, lideradas pelos Estados Unidos, as oligarquias financeiras das potências imperialistas aproveitam a situação para aumentar o controle sobre o mercado mundial e aprofundar ainda mais o seu controle sobre o Estado, agora definitiva e irreversivelmente transformado em quartel-general do capital financeiro. Submetendo a política econômica a um verdadeiro estado de exceção, a crise é utilizada para atacar os direitos dos trabalhadores, investir sobre as políticas sociais e disciplinar as economias nacionais, reduzindo ainda mais a soberania dos Estados, especialmente nas regiões que compõem o elo fraco do sistema capitalista mundial.

A transferência incondicional de gigantescos montantes de recursos públicos, a custo subsidiado, para financiar os desequilíbrios patrimoniais dos grandes conglomerados financeiros, bloqueia a digestão do capital excedente, protelando para um futuro indeterminado a normalização da vida econômica. O envolvimento direto do Estado no processo de concentração e centralização de capitais politiza a concorrência intercapitalista. A sangria de recursos para socorrer os bancos provoca um crescimento exponencial da dívida pública. Paradoxalmente, a expansão da dívida pública aumenta a dependência do

Estado em relação aos credores. A fusão entre capital financeiro e poder público compromete a capacidade do Estado de fazer políticas públicas. Assim, a opção preferencial pelo capital financeiro tende a transformar a instabilidade econômica em instabilidade política, nacional e internacional.

Em condições de livre mobilidade dos capitais, o excesso de excedentes ociosos sem perspectivas de valorização nos mercados desenvolvidos fomenta um vigoroso processo de exportação de capitais. Os gigantescos lucros em especulação com *carry-trade* nos chamados “mercados emergentes” e a possibilidade de converter o capital excedente ameaçado de desvalorização em capital ativo nas fronteiras dinâmicas do capitalismo tornam-se meios estratégicos não apenas de fomentar o ajuste patrimonial dos grandes blocos de capitais como também de aumentar o controle das empresas transnacionais sobre a economia mundial. Assim, a projeção internacional do processo de concentração e centralização de capitais vincula a redefinição da escala técnica e financeira dos grandes blocos de capitais das economias desenvolvidas e seu reposicionamento no xadrez pelo controle do mercado mundial a processos de ajustes que expõem todos os países do globo, inclusive os mais desenvolvidos, a movimentos especulativos geradores de crises financeiras, fiscais e cambiais e, em seguida, após o estouro das bolhas de especulação, a processos selvagens de internacionalização e desnacionalização das forças produtivas. A utilização das crises de dívida soberana para impor novas rodadas de liberalização, desregulamentação e privatização, como está ocorrendo nos países do sul da Europa, revela que a euforia gerada pela abundância de capitais internacionais e o desespero provocado pelas crises de endividamento externo constituem dois momentos organicamente articulados de um movimento de conquista do controle das economias nacionais pelo capital internacional. A solução encontrada para digerir o excedente absoluto de capitais passa, assim, por uma sucessão de ataques especulativos e ajustes liberais, verdadeiros “arrastões”, que aprofundam o processo de globalização comandado pelo capital internacional.

Apesar dos problemas que abalam a economia dos Estados Unidos, a importância estratégica de seus títulos públicos como reserva internacional de valor permite que os dólares que inundam a economia mundial sejam reutilizados para financiar, a um elevadíssimo custo econômico e social para o resto do mundo, seus gigantescos desequilíbrios financeiros, internos e externos. Perpetua-se, assim, o imperialismo do dólar. O monopólio da emissão de moeda internacional dá ao

Estado norte-americano o poder de subordinar o sentido, o ritmo e a intensidade do ajuste da economia internacional às exigências de seu capital financeiro e aos interesses de sua razão de Estado. Nessas condições, a burguesia americana encontra-se em situação bastante privilegiada para manobrar, a seu favor, as vicissitudes da conjuntura, despejando nas costas do resto do mundo, sobretudo de sua classe trabalhadora, a maior parte do ônus da crise.

O poder do dólar permite aos Estados Unidos combinar a guerra financeira com a guerra cambial. Em condições de livre comércio, a expressiva desvalorização do dólar tem o efeito paradoxal de acirrar a concorrência internacional ao mesmo tempo em que defende o parque produtivo norte-americano de seus efeitos mais destrutivos. O ajuste às novas condições de equilíbrio das moedas acentua o caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista, beneficiando tanto as economias com capacidade de inovação e como aquelas com competitividade espúria, baseada na superexploração do trabalho e na depredação do meio ambiente. As mudanças em curso tendem, em consequência, a estreitar ainda mais a integração comercial, econômica e financeira da Alemanha e da China com os Estados Unidos, ficando as demais economias do globo relegadas aos espaços secundários e residuais da nova divisão internacional do trabalho.

Sem autonomia monetária, financeira e econômica para impulsionar o desenvolvimento capitalista em bases autodeterminadas, o raio de manobra das economias nacionais para fazer frente aos ditames dos Estados Unidos é bastante limitado. Ainda que o movimento da crise acirre as rivalidades nacionais, levando ao limite as tendências à fragmentação da ordem global, é pouco provável que as pressões protecionistas encontrem sustentação política efetiva para se tornar realidade. Na etapa superior do imperialismo, os interesses das burguesias, ainda que bastante heterogêneos, encontram-se inextricavelmente comprometidos com a ordem global. Sob o risco de uma forte contração na produtividade do trabalho e de um processo cataclísmico de desvalorização de capitais, o grau de integração comercial, produtiva e financeira do capitalismo não permite volta atrás no processo de liberalização. Não à toa, os organismos internacionais lançaram a consigna de que as adversidades devem ser enfrentadas com “resiliência”. As economias nacionais devem suportar os sacrifícios impostos pela crise sem questionar a ordem. Na ausência de alternativa, a solução americana afirma-se como fato consumado. Os países que ousarem desafiar o liberalismo serão severa

e impiedosamente punidos.

A estratégia de combate à crise do liberalismo com mais liberalismo está conduzindo o mundo a um caminho tão irracional e absurdo quanto seria combater a raiva mordendo o cão que a transmite. A incontrollabilidade do capital em escala global leva ao paroxismo os efeitos perversos da crise. O aumento do desemprego estrutural e o aprofundamento da precarização do trabalho acirram a crise social. A política de ajuste fiscal permanente compromete a capacidade do Estado de fazer política anticíclica e de financiar o gasto social. Os efeitos destrutivos da crise suscitam rivalidades nacionais, mas a impotência para enfrentar o capital financeiro e desafiar a ordem global obriga as burguesias dos diferentes países a resignar-se aos ditames da solução americana. Nessas condições, só resta às burguesias o recurso à força bruta como meio de enfrentar a convulsão social e impor à classe trabalhadora condições ainda mais draconianas de exploração.

Não é impossível que o desdobramento da crise fuja de controle e tenha um desfecho espetacular que comprometa os alicerces da ordem global, jogando o mundo num processo de disrupção de consequências imprevisíveis. No entanto, o mais provável é que o movimento da crise se arraste por tempo indefinido, alternando momentos de relativa tranquilidade com momentos à beira do abismo. Nessas circunstâncias, muito além de eventuais rivalidades nacionais que, salvo casos excepcionais e periféricos, não tem como ganhar corpo e desdobrar-se em conflitos de maior envergadura e consequência, a crise econômica tende a polarizar a luta de classes entre a solução do capital – que defende o aprofundamento da globalização da barbárie – e a solução do trabalho – que, na necessidade de deter o avanço da barbárie, se verá obrigada a reinventar o caminho do socialismo.

Crise permanente e reversão neocolonial

É difícil prever o impacto da nova conjuntura internacional sobre o crescimento da economia brasileira. O desempenho do nível de atividade no último semestre já reflete os efeitos da mudança na conjuntura internacional. No entanto, para quem examina o impacto da crise sobre o futuro do Brasil como sociedade nacional capaz de comandar o seu destino, a perspectiva não pode circunscrever-se ao desempenho quantitativo da economia. Na realidade, mesmo em momentos

de expansão da economia, os desequilíbrios macroeconômicos e as transformações qualitativas desencadeadas pela crise aprofundam e aceleram a tendência à reversão neocolonial que agrava os antagonismos entre desenvolvimento capitalista, igualdade social e soberania nacional.

A combinação perversa de déficits crescentes no balanço de pagamentos em conta corrente com a entrada indiscriminada de capital internacional - sobretudo capitais voláteis em busca de ganhos especulativos de curto prazo com operações de *"carry trade"* e investimentos diretos no setor de serviços e em atividades primário-exportadoras - leva a um aumento exponencial do passivo externo e a um reforço do desequilíbrio estrutural no hiato de recursos do setor externo. Assim, por mais paradoxal que possa parecer, as condições que impulsionam o crescimento da economia brasileira - a abundância de divisas - trazem inscritas contradições que aumentam perigosamente a vulnerabilidade do país a crises de estrangulamento cambial.

A absoluta subordinação do Estado brasileiro aos interesses dos rentistas - internos e externos - e do grande capital - nacional e internacional - compromete a política econômica ainda mais com medidas que implicam expansão perversa da dívida pública. O elevado custo para o Tesouro do acúmulo de gigantescos volumes de divisas internacionais, o aumento indiscriminado da renúncia fiscal, na forma de grandes subsídios e isenções para o grande capital, e a magnitude descomunal das despesas com juros e amortização da dívida pública reforçam a dinâmica perversa de expansão do endividamento público. Nessas circunstâncias, mesmo crescendo, a fragilidade fiscal do Estado brasileiro aumenta e o risco de uma grave crise financeira torna-se cada vez maior.

Num contexto de grande desemprego e crescente precarização das relações de trabalho, o recurso à expansão descontrolada do endividamento das famílias como forma de aumentar o gasto com consumo representa uma estratégia temerária de expansão do mercado interno à medida que eleva perigosamente a exposição do sistema bancário ao risco de insolvência das famílias. A possibilidade de tal risco se transformar em crise bancária tornar-se-á particularmente intensa no momento em que a reversão da conjuntura internacional interromper o ciclo de crescimento. A modernização dos padrões de consumo nunca foi tão perversa para a sociedade brasileira.

Por fim, a política de incentivar a entrada de indústrias sujas, que se

deslocam dos países desenvolvidos para fugir do rigor da legislação ambiental, e a impotência diante da guerra de desvalorização cambial deflagrada pelos Estados Unidos aceleram e aprofundam o processo de regressão industrial e especialização regressiva que caracterizam a inserção passiva da economia brasileira na globalização dos negócios. A exposição da economia brasileira à fúria da concorrência em tempos de crise simplifica ainda mais seu sistema produtivo, pois, sem competitividade dinâmica para enfrentar as economias centrais e sem competitividade espúria para fazer frente às economias asiáticas, o único caminho que lhe resta é explorar as vantagens competitivas absolutas. Na divisão internacional do trabalho que se desenha, o Brasil tende a ser relegado a uma posição terciária de mero fornecedor de produtos primários e semimanufaturados, de baixo conteúdo tecnológico, alto consumo de energia e elevado impacto negativo sobre o meio ambiente.